



Willio Campos Anselmo

**Democracia Participativa e Direito de
Educação: A contribuição do
Orçamento Participativo na
efetividade do direito social de
educação no Município de Belo
Horizonte/MG**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio.

Orientador: José Ribas Vieira

Rio de Janeiro
março de 2008



Willio Campos Anselmo

**Democracia Participativa e Direito de
Educação: A contribuição do
Orçamento Participativo na
efetividade do direito social de
educação no Município de Belo
Horizonte/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Prof. José Ribas Vieira

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. José Maria Gomes

Departamento de Direito – PUC-Rio

Profa. Maria Cristina Leal

Departamento de Educação – UERJ

Prof.º Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de março de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Willio Campos Anselmo

Graduou-se em Direito na Pontifícia Universidade de Minas Gerais, em agosto de 2003. Especializou-se, em Direito Público, na Newton Paiva-MG, em 2004. É membro da FBDE (Fundação Brasileira de Direito Econômico) e advogado.

Ficha catalográfica

Anselmo, Willio Campos

Democracia Participativa e Direito de Educação: A contribuição do Orçamento Participativo na efetividade do direito social de educação no Município de Belo Horizonte/MG / Willio Campos Anselmo; orientador: José Ribas Vieira, - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Ciências Jurídicas, 2008.

99f; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Jurídicas.

Inclui referências bibliográficas.

1. Estado Democrático. 2. Democracia participativa. 3. Cidadania. 4. Direitos Sociais. 5. Educação. 6. Orçamento Participativo. I. Vieira, José R. (José Ribas). II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD 340

Aos meus pais e à Renata,
por compreenderem que a realização deste
sonho foi o motivo de minha ausência em suas vidas.

Agradecimentos

A Deus, por ser tão presente em minha vida. Pela dádiva de ter me colocado na família maravilhosa que tenho e por permitir, ao longo de minha história, conviver com pessoas tão especiais;

Ao meu Orientador Prof. Dr. José Ribas Vieira, pelas luzes e considerações, que mesmo pela dificuldade imposta pela distância geográfica, supriu-me de subsídios que tornaram esse trabalho cada dia melhor. Pelas cópias enviadas, que muito mais do que ensinamentos doutrinários, ensinaram-me que o papel do verdadeiro professor, antes de tudo, é a dedicação com o trabalho de seu aluno;

Ao grande amigo, estimado e eterno Professor, Giovani Clark, que sempre depositou em mim uma confiança a qual acredito não merecer. Pelo socorro prestado e pela ajuda imensurável na realização deste projeto de minha vida;

A minha Madrinha Acadêmica, Maria Emília Naves Nunes, por reconhecer meu esforço de tentar ser melhor a cada dia. Pela oportunidade e confiança de me presentear com turmas de alunos maravilhosos e por fazer de mim, de um aluno, um colega de trabalho.

Por todos aqueles que foram meus alunos, pela oportunidade e paciência que me permitiram amadurecer. Por serem meus co-atores na construção dos conhecimentos adquiridos em sala de aula;

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, fundamentais para a execução deste trabalho;

Aos meus pais, por me ensinarem que nossos sonhos sempre são realizados, quando confiamos em Deus;

A minha Renata, pela paciência, cumplicidade e resignação;

Aos Amigos: João Marcos, Quintino, Bruno, Kátia, Marcos, Ernani e Sara, que souberam compreender que para a consecução de um objetivo são necessários alguns sacrifícios;

A todos os professores que já passaram por minha vida, em especial do mestrado, que me fazem compreender a grandeza do direito social de educação;

A todos da SMED, em especial a José Aluísio, da Rede Física, que com sua experiência me propiciou mais segurança nesta caminhada, e às funcionárias da Biblioteca do Professor, Regina e Viviane, que sorrindo atenderam minhas aflições e permitiram que as minhas consultas bibliográficas fossem realizadas.

A todos da Gerência do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, especialmente, Emília Carolina Gonçalves, pelas conversas e materiais, que me supriram de dados indispensáveis para a consecução deste trabalho.

A todos vocês, minha eterna gratidão!

Resumo

Anselmo, Willio Campos. **Democracia Participativa e Direito de Educação: A contribuição do Orçamento Participativo na efetividade do direito social de educação no Município de Belo Horizonte/MG**. Rio de Janeiro, 2008. 99p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O surgimento do Capitalismo produziu uma sociedade segmentada entre classes sociais, que em razão do conflito de interesses instaurou no seio social as lutas entre os proprietários dos meios de produção e o proletariado. O embate derivado desse conflito consubstanciou conquistas históricas determinantes das bases políticas e adventos de novos direitos. Se por um lado, a ideologia capitalista adentrou à atividade Estatal, fazendo com que as decisões políticas fossem tomadas em seu favor, de outro, o abandono das questões sociais acirrou a luta de classes. No contexto das crises cíclicas do Capitalismo, o Estado Liberal necessitava retroceder. O reconhecimento de direitos a classe trabalhadora era necessário a sua própria estabilidade, determinando a mudança do seu paradigma em Estado Social. O advento dos direitos sociais, como resultado desse acirramento, foi resultado desse retrocesso liberal, que determinado pelo embate das lutas de classes, garantia a diminuição da distância promovida entre elas. O direito educacional emergiu como um dos principais fatores responsáveis por essa diminuição, que em razão da dilatação da concepção da cidadania, criou um complexo de interação entre elas e fortaleceu as bases democráticas, geradora de uma nova concepção de participação no poder político do Estado. Diante dessa interdisciplinariedade entre Política e Direito, instâncias participativas, como o Orçamento Participativo, têm assumido grande importância na efetivação dos direitos sociais, diminuindo o traço de dependência econômica e ideológica entre as classes sociais existentes.

Palavras-chave

Estado Democrático; democracia participativa; cidadania; direitos sociais; educação; orçamento participativo.

Abstract

Anselmo, Willio Campos. **Participatory Democracy and the education right: the contribution of the Participatory Budget in the effectiveness of the social right of education in Belo Horizonte-MG city.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. p.99
Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito

The emergence of capitalism has made a divided society between social classes, which on grounds of conflict of interest brought within the social struggles between the owners or the means of production and the proletariat. The shock derived of this conflict has created historical politics conquests and new rights for the people. Thus, the capitalist production engaged to his State activity, taking the politics decisions on its favor, the abandonment of social issues increase the struggles of classes. In the context of the cyclical crises of capitalism, the State Liberal needed go back. The recognition or rights the working class was needed its own stability, determining the change of its paradigm on Social State. The advent of social rights as a result of that increasing was a result of this liberal backlash, which determined by the clash of the struggles of classes, guarantee the reduction of the distance between them promoted. The educational right emerged as one of the main factors responsible for that decline, owing to the expansion of the concept of citizenship, has created a complex interaction between them and strengthened the democratic foundations, creating a new design for participation in the political power of the State. Given this relation between political and law, participatory for such as the Participatory Budget (Orçamento Participativo), have assumed great importance in the effectiveness of social rights, reducing the trace or ideological and economic dependence between social classes exist.

Key-words

Democratic State; participatory democracy; citizenship; social rights; education; participatory budget.

Sumário

1.	Introdução	11
2.	Do Estado Liberal ao Estado atual.	16
3.	Estado Democrático de Direito: A conquista paulatina do exercício da democracia	23
3.1	Estado, sociedade e cidadania	28
3.2	Democracia direta, indireta e participativa	36
3.3	Sociedade Plural, Democracia e participação	38
4.	Direito fundamental de segunda geração: Em defesa da educação	48
4.1	Educação cidadã ou cidadania educacional	59
4.2	O Judiciário como Agente de Efetivação do Direito Social de Educação	61
5.	A conquista da participação na efetividade do direito de educação no Município de Belo Horizonte	65
5.1	Orçamento participativo: a consolidação da educação cidadã na sua metodologia de aplicação dos recursos	69
5.2	Participação Popular e melhores condições físicas de ensino: o desenvolvimento das potencialidades da pessoa humana	73
5.3	Qualificação para o trabalho na pauta da participação popular	78
6.	Conclusão	81
7.	Referências bibliográficas	85
8.	Anexos	91

Abreviaturas e siglas

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ART	Artigo
COMFORÇA	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo
CR/88	Constituição da República Federativa do Brasil
E.M.	Escola Municipal
EC	Emenda Constitucional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MG	Minas Gerais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PIM	Ponto de Internet Municipal
PRODABEL	Empresa de informática e Informação de Belo Horizonte S/A
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil
UP	Unidade de Planejamento

Epígrafe

A orientação inicial que alguém recebe da educação também marca sua conduta ulterior. Platão (427-347 a. C.), A República, IV, 425b.